

**TERMINOLOGIA LINGUÍSTICA PARA OS ENSINOS BÁSICO E  
SECUNDÁRIO:  
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O SUBDOMÍNIO SINTAXE**

ANA MARIA BRITO\*

“Que interesse representará transmitir a uma criança uma determinada metalinguagem, se ela ainda não domina a funcionalidade dos termos que integram a linguagem que usa todos os dias? (M. G. C. Pinto)<sup>1</sup>

“(…) uma terminologia é caracterizada pelo facto de os elementos que a constituem serem unívocos, ou seja, a cada termo corresponder apenas um significado no universo de referência. Esta característica inerente às terminologias torna-as num instrumento indispensável na construção e desenvolvimento da área em que se situam, participando assim da natureza da linguagem verbal que sustenta interactivamente a construção do mundo em que se movem os falantes.” (M. H. Mateus e M. Correia)<sup>2</sup>

### 1. Apreciação global

A convite das organizadoras deste encontro, coube-me comentar o subdomínio *Sintaxe*, da *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*.

Este subdomínio é constituído por 84 entradas, contendo definição do termo, exemplos ilustrativos e tradução em três línguas (Castelhano, Francês e Inglês).

Trata-se de uma lista constituída pelas funções sintáticas (sujeito, complemento directo, complemento indirecto, predicativo do sujeito, predicativo do complemento directo, complemento agente da passiva, modificador), pelas categorias sintagmáticas, aqui chamadas grupos (Grupo Nominal, Grupo Adjectival, Grupo Adverbial, Grupo Preposicional, Grupo Verbal) e suas partes constitutivas, com especial destaque para os núcleos e complementos, pelos tipos de frase simples quer quanto à flexão da forma verbal (frase finita, frase não finita) quer quanto à forma global (declarativa, exclamativa, imperativa, interrogativa), por tipos de frases complexas (subordinadas e seus subtipos substantivo, adjectivo e adverbial e coordenadas), por tipos de concordância (concordância sujeito-verbo, concordância nome - determinante / quantificador, entre outras), algumas figuras de sintaxe (elipse, paralelismo de construção) e por uma referência breve à ordem directa de palavras e a ordens inversas de palavras na frase.

Em síntese, trata-se de uma lista de termos bastante completa e equilibrada, construída com base em noções sintáticas fundamentais, nomeadamente as funções e as categorias.

---

\* anamariabrito@netcabo.pt; Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Como membro do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP), esta investigação foi financiada pelo programa FEDER/ POCTI.

<sup>1</sup> Pinto, M. G. C., 1998, p. 35.

<sup>2</sup> Mateus, M.H. e Correia, M. (coord.), 1998, p. 9.

## 2. Fundamentação

A Sintaxe é a componente da gramática que trata da forma e das relações estabelecidas entre os constituintes das unidades sintáticas por excelência, que são as frases.

A Sintaxe tradicional punha uma ênfase muito grande nas funções e remetia para a Morfologia a questão da forma. A Linguística do século XX mostrou que as dimensões da função e da forma das construções fazem parte inerente da Sintaxe e que a Morfologia deve analisar a palavra, a sua integração em classes e a sua estrutura interna. A Terminologia em discussão, ao organizar-se em Sintaxe, Classes de palavras e Morfologia, entre outros subdomínios, opta por uma divisão que, ultrapassando as áreas tradicionais da Gramática, apresenta uma arrumação cómoda para o utilizador e evita a discussão de saber se a área das Classes gramaticais é do domínio da Sintaxe ou do domínio da Morfologia.

Quanto à concepção de Sintaxe em que assenta, é propósito da Terminologia, como é dito na apresentação, a “neutralidade paradigmática”, “estruturando-se sobre conceitos operatórios que se entende traduzirem zonas significativas de consenso”. De facto, do ponto de vista teórico, esta lista recupera, em grande medida, a tradição gramatical luso-brasileira, integrando designações conhecidas pela generalidade dos professores de português dos Ensinos Básico e Secundário, e sem preocupações excessivas de actualização em relação a teorias linguísticas recentes.

Deve assinalar-se que esta terminologia se enquadra numa concepção de Sintaxe autónoma, não baseada no significado, uma concepção que de certo modo contraria algo que a Linguística do final do século XX nos mostrou. Estou convencida de que isso se justifica pelo facto de se tratar de uma lista parcelar, sabendo o seu autor que a Terminologia contém outros subdomínios, nomeadamente a Semântica, com a qual a Sintaxe estabelece relações privilegiadas.

É actualmente considerado pela grande maioria das teorias linguísticas que a Sintaxe não é autónoma, baseando-se em parte no significado, nomeadamente no significado lexical das palavras que têm uma natureza predicativa e que são dotadas de estrutura argumental. Desse modo, as noções de predicador, de argumento obrigatório e opcional, de argumento externo e de argumento(s) interno(s), de circunstante, adjunto ou não-argumento assumem particular importância. Desenvolvendo esta perspectiva, é possível dizer que os argumentos desempenham no todo da frase papéis ou funções semânticas (como as de Agente, Causa, Tema, Experienciador, Instrumento, Locativo e outras). Por outro lado, é hoje convicção generalizada que as funções semânticas estão em grande parte associadas aos tipos de situações e aos tipos aspectuais de predicadores. Para ilustrar esta temática, veja-se que um V de processo como *escrever* e de processo culminado como *destruir*, seleccionam normalmente como argumento externo um Agente ou uma Causa, como em (1) e (2) respectivamente:

- (1) O João escreve depressa.
- (2) O furacão destruiu parte da cidade.

Um V de estado selecciona um argumento Tema como seu sujeito, como em (3):

- (3) O João está doente.

E um V de culminação também selecciona geralmente um Tema como sujeito, como em (4) e (5):

- (4) O homem morreu.
- (5) O bebé nasceu.

Embora estas concepções estejam ausentes da Terminologia de Sintaxe que estou a comentar, na definição das entradas de alguns termos a ênfase na noção de “selecção” vem de certa maneira suprir a falta da dimensão do significado, pois fica implícito que certas classes de palavras são mais capazes do que outras de seleccionar complementos (veja-se as definições de “complemento directo”, “complemento indirecto”, “complemento preposicional”).

A este propósito, assume particular importância nesta Terminologia a maneira como se distingue entre complementos seleccionados e modificadores, tanto ao nível do Grupo Nominal como ao nível do Grupo Verbal e da Frase, não se apresentando propriamente fundamentos para esta distinção, mas abrindo-se a porta a um estudo, por parte do professor de português, em gramáticas e em manuais de Sintaxe.

Assim, ao nível do Grupo Nominal, justifica-se claramente a distinção entre complementos ou argumentos internos e modificadores, evidenciada em exemplos como (6) e (7):

(6) a destruição da cidade

(7) A destruição da cidade que teve lugar há dias foi enorme.

Em (6) *da cidade* é um complemento que pertence à estrutura argumental do nome *destruição*, enquanto em (7) a oração relativa é um modificador, neste caso restringindo a extensão do nome *destruição*.

Também ao nível da frase e do Grupo Verbal se justifica a distinção entre complementos e modificadores.<sup>3</sup> Vejam-se dois exemplos ilustrativos:

(8)(a) A Maria foi a Paris.

(b) A Maria foi para Paris ontem / na semana passada.

Em (8a) o Grupo Preposicional é um complemento do verbo *ir*, fazendo parte da sua estrutura argumental: não é suprimível, é dificilmente deslocável e no teste pergunta / resposta com o verbo *fazer* não pode surgir isolado na pergunta, como em:

(9) \* O que fez a Maria para Paris? Foi ontem.

Em (8b), pelo contrário, o advérbio *ontem* ou a expressão prepositiva *na semana passada* não fazem parte da estrutura argumental do verbo *ir*, como se pode comprovar pelo facto de ser suprimível, ser facilmente deslocável e pelo comportamento no teste de pergunta / resposta:

(10) O que fez a Maria ontem / na semana passada? Foi para Paris

Esta a razão pela qual nesta Terminologia se abandona a função de “complemento circunstancial”, designação cómoda mas tantas vezes enganadora, pois mascara a distinção entre complementos e modificadores.

### 3. Dois temas menos conseguidos: a noção de oração e tipos de orações coordenadas

Como temas que me parecem insuficientemente tratados nesta Terminologia, gostaria de dar dois exemplos: a noção de oração e os tipos de orações coordenadas.

Em relação ao primeiro, importa assinalar que no subdomínio Sintaxe não consta a entrada “oração”, embora tal termo seja utilizado no subdomínio da Semântica. É uma lacuna, pois trata-se de uma noção importante na história dos estudos sintácticos, tendo-se perdido uma excelente oportunidade para esclarecer algumas dúvidas. A razão que deve

<sup>3</sup> Duarte, I. e Brito, A. M., 1996, pp. 279-80.

estar na origem desta falta é certamente a dificuldade em definir esta noção sem cair em critérios logico-semânticos.

Partirei da definição de oração como um domínio predicativo mínimo mas completo; assim, uma oração corresponde a uma frase simples, a uma frase subordinada ou a uma frase coordenada.

Darei alguns exemplos; em (11) as frases simples correspondem a orações:

(11)(a) A Maria foi para Paris.

(b) Vais sair?

(c) Aparece lá em casa!

Em (12) temos duas orações, que correspondem aos dois membros coordenados:

(12)(a) A Maria foi para Paris e viveu lá dois anos.

Numa frase complexa que contém uma subordinada completiva ou integrante, como no exemplo (13):

(13) A Maria disse que vai sair

há uma oração subordinada (*que vai sair*) integrada na frase complexa, sendo incorrecto dizer-se que *a Maria disse* é a oração principal, uma vez que estamos perante um domínio predicativo incompleto, sendo o complemento de *dizer* a própria oração subordinada.

Também numa frase complexa que contém uma relativa, como em (14):

(14) O livro que eu comprei ontem é um romance

há uma oração subordinada *que comprei ontem*, mas não pode dizer-se que exista aqui a oração *O livro é um romance*, uma vez que o SN sujeito não é *um livro* mas *o livro que eu comprei ontem*.

Analísamos agora o tratamento proposto para as conjunções coordenativas.

No subdomínio Classes de Palavras há a indicação de quatro subtipos de conjunções coordenativas (copulativa, disjuntiva, adversativa, conclusiva), não havendo no subdomínio da Sintaxe qualquer referência às orações correspondentes.

A exclusão das conjunções explicativas do conjunto das conjunções coordenativas, contrariando a visão tradicional veiculada pela maioria das gramáticas, é uma opção apoiada por alguns estudiosos, surpreendendo que tal exclusão não seja minimamente justificada neste trabalho.

A distinção entre coordenação e subordinação, em especial a subordinação adverbial, tem sido motivo de larga discussão. Um dos critérios formais para distinguir coordenadas e subordinadas e, aliás, referido na entrada “conjunção coordenativa” desta Terminologia é a possibilidade de preceder uma conjunção subordinativa por uma coordenativa (como em (15)), não sendo o contrário possível (veja-se (16)); quer dizer, as conjunções de coordenação podem ligar orações subordinadas, mas as conjunções subordinativas não podem ligar orações coordenadas:<sup>4</sup>

(15) e quando ... , ou porque ... , mas se ...

(16) \* quando e ..., \* porque ou ..., \* se mas...

Ora as chamadas orações explicativas iniciadas por *que*, *porquanto* e *porque* (mas não *pois*) podem ser coordenadas, como as subordinadas em geral:<sup>5</sup>

(17) Vamos embora, que se faz tarde e que o tempo está a piorar.

<sup>4</sup> Ver, entre outros, Quirk, R. S. et al., 1985, p. 921 e segs.; Brito, A. M. e Lopes, H. C., 2000, p. 56.

<sup>5</sup> Para estes e outros comportamentos das explicativas ver Matos, M. G., 2003 e Matos, M., G. 2005, pp. 3-4 do *hand-out*.

(18) Não vou sair, porque tenho de trabalhar e porque quero deitar-me cedo.

(19) A crise está para durar, porquanto o preço do petróleo está cada vez mais alto e porquanto os governos não são capazes de resolver os problemas do país.

Outro critério que permite distinguir coordenação e subordinação adverbial relaciona-se com a possibilidade de anteposição da segunda oração: uma oração coordenada não pode ser anteposta, uma subordinada adverbial pode:

(20) A Maria foi a Paris e viveu lá dois anos.

(21) \* E viveu lá dois anos, a Maria foi para Paris.

(22) A rapariga está cansada, mas continua a trabalhar.

(23) \* Mas continua a trabalhar, a rapariga está cansada.

(24) A Maria foi viver para Paris quando acabou os estudos

(25) Quando acabou os estudos, a Maria foi viver para Paris.

Ora, se esta anteposição é impossível com *pois* e *que* explicativo (ver exemplos (27) e (29)), ela é possível com *porque* e *porquanto*, como nos exemplos (31) e (33):<sup>6</sup>

(26) Não vou sair, pois tenho de trabalhar.

(27) \* Pois tenho de trabalhar, não vou sair.

(28) Não vou sair, que tenho de trabalhar.

(29) \* Que tenho de trabalhar, não vou sair.

(30) Não vou sair, porque tenho de trabalhar.

(31) Porque tenho de trabalhar, não vou sair.

(32) Não vou sair, porquanto tenho de trabalhar.

(33) Porquanto tenho de trabalhar, não vou sair.

Se a anteposição é possível com *porque* e *porquanto*, esse comportamento aproxima estes dois conectores das conjunções subordinativas, isolando, no entanto, em relação a este critério as palavras *pois* e *que*.

Outro comportamento que distingue coordenação de subordinação é a colocação dos pronomes clíticos: a coordenação conduz à ênclise (ordem V clítico), a subordinação implica próclise (ordem clítico V). Vejamos como os conectores explicativos *pois*, *que*, *porque* e *porquanto* reagem a este fenómeno:

(34) (a) O João foi à farmácia, pois magoou-se.

(b) \* O João foi à farmácia, pois se magoou.

(35) (a) \* O João foi à farmácia, que magoou-se.

(b) O João foi à farmácia, que se magoou.

(36) (a) \* O João foi à farmácia, porque magoou-se.

(b) O João foi à farmácia, porque se magoou.

(37) (a) \* O João foi à farmácia, porquanto magoou-se.

(b) O João foi à farmácia, porquanto se magoou.

Em relação a este critério, *que*, *porque* explicativo e *porquanto* reagem como uma conjunção subordinativa, mas *pois* distingue-se, admitindo ênclise.

Reparamos assim que as orações de *porque* explicativo e *porquanto* têm comportamentos típicos das subordinadas; as orações de *pois* têm alguns comportamentos que as aproximam das coordenadas; e as orações de *que* não podem ser antepostas, como as coordenadas, mas desencadeiam próclise, como as subordinadas.

<sup>6</sup> Cf. Matos, M. G., 2005, p. 4.

Estas e outras razões tem levado alguns autores a incluir *que*, *porque* explicativo e *porquanto* nas conjunções subordinativas e a considerar que *pois* se aproxima de uma conjunção coordenativa.<sup>7</sup> Em relação a este tópico, Matos 2005 dá vários argumentos a favor do carácter subordinativo de *pois*; reconhecendo, no entanto, a especificidade deste conector, a autora afirma que ele pode estar a sofrer um processo de gramaticalização e mostra que, em fases anteriores da língua, as orações de *pois* tinham a mobilidade das subordinadas adverbiais, dando o seguinte exemplo de Vieira:

(38) “O que importa he que, pois temos o remédio tão prompto, tão poderoso e tão propício, nos socorramos dele a tempo.”<sup>8</sup>

É evidente que não cabe numa Terminologia a explicação para todas as tomadas de posição assumidas, mas, sem qualquer comentário, causa alguma perplexidade a ausência das explicativas nas conjunções coordenativas.

#### 4. O tratamento das orações relativas na Terminologia

Sendo difícil de fazer neste espaço uma análise detalhada de toda a Terminologia de Sintaxe, centrar-me-ei agora no modo como é tratada a noção de “frase relativa”.

##### 4.1. As orações relativas no Subdomínio Sintaxe

Na lista de Sintaxe, a noção de “frase relativa” surge em primeiro lugar nas entradas “modificador” e “modificador frásico”, sendo os dois tipos semânticos de frase relativa introduzidos nas entradas “modificador do nome apositivo” e “modificador do nome restritivo”. Por um lado, distingue-se a categoria sintáctica do modificador, que pode ser adjectival, preposicional ou frásico; por outro lado, apresentam-se os seus valores semânticos; em particular, nos modificadores que são frases distingue-se entre “frase subordinada adjectiva relativa com antecedente restritiva” e “frase subordinada adjectiva relativa com antecedente explicativa”. De notar, antes de mais, a importância dada nesta Terminologia às noções de subordinada adjectiva, subordinada substantiva e subordinada adverbial, recuperando-se uma distinção tradicional entre orações que permanece correcta do ponto de vista do comportamento mais geral das subordinadas. Tomando de novo os tipos de relativas, eles são ilustradas pelos seguintes exemplos:

(39) Os lobos que vivem no Parque Peneda-Gerês estão em vias de extinção (restritiva)

(40) Os lobos, que vivem no Parque Peneda-Gerês, estão em vias de extinção (apositiva).

As definições de modificador restritivo e de modificador explicativo são baseadas na noção de “restrição ou não restrição da referência do nome que modifica”, o que não é muito correcto do ponto de vista semântico, pois um nome por si só não tem referência, um N é dotado de significado extensional e de significado intensional e só um GN é que tem referência. Assim, uma definição mais adequada recorrendo à noção de significado extensional ou de extensão poderia ser qualquer coisa como: “a oração relativa restritiva limita a extensão do conceito expresso pelo nome” ou “limita o significado extensional do nome”. Assim, no exemplo (39), são ‘os lobos que vivem no Parque Peneda-Gerês e só

<sup>7</sup> Ver, entre outros, Brito, A. M., 2003, p. 713; Lopes, H. C., 2004, pp. 99-102.

<sup>8</sup> *Apud* Silva Dias, E., 1918, p. 278, citado por Matos, M. G., 2005, p. 7.

esses que estão em vias de extinção', enquanto no exemplo contendo a oração relativa explicativa (40) se caracteriza um conjunto de lobos suficientemente determinado: a interpretação do exemplo (40) é aquela em que se afirma que "todos os lobos, a propósito dos quais se diz que vivem no Parque Peneda-Gerês, estão em vias de extinção". Penso que a opção por exemplos distintos, nomeadamente um exemplo com N próprio como antecedente para a apositiva (como em (41)) e um exemplo com definido plural como antecedente para a restritiva (como o exemplo (42) ou outro), teria sido preferível:

(41) Jorge Sampaio, que cumpriu dois mandatos como presidente, fez a sua última viagem de estado.

(42) Os livros que estão em cima da mesa são de Linguística.

A referência aos dois tipos de orações relativas surge também nas entradas "Subordinada adjectiva relativa com antecedente explicativa" e "Subordinada adjectiva relativa com antecedente restritiva", com remissão para "modificador"; na definição destas duas noções entra-se em linha de conta com nova noção, "a denotação do antecedente", fazendo-se uso do facto de a "relativa poder ser ou não omissa", dado "a denotação do antecedente ser a mesma" ou não, consoante temos uma explicativa ou uma restritiva. Do meu ponto de vista teria sido preferível uma definição homogénea nos dois pontos da Terminologia.

Nas entradas que estou a comentar são referidos igualmente os introdutores das orações relativas, as "palavras relativas" e os "pronomes relativos", parecendo haver algum receio de utilizar a palavra "pronomes", receio incompreensível se pensarmos que no Subdomínio Classes de palavras há uma entrada para "pronomes relativos" (quando distribucionalmente equivalente a um GN, como é o caso de *que* e de *quem*) e uma entrada para "Quantificador relativo" (quando precede o nome, como é o caso de *cujo*); em ambos os casos, tais noções são devidamente definidas e ilustradas.

Assinale-se ainda que na entrada "Subordinada adjectiva relativa com antecedente", os "pronomes relativos" são correctamente definidos como não tendo "referência autónoma", sendo "a relação com o antecedente que permite a identificação do seu referente".

De notar a importância dada nesta Terminologia de Sintaxe às relativas sem antecedente ou livres, o que não é muito usual neste tipo de trabalhos. Com efeito, em exemplos como os de (43) a (47), extraídos da Terminologia:

(43) *Quem vai ao mar* perde o lugar.

(44) O Luís procura *quem o ajuda na escola*.

(45) O Pedro pede dinheiro a *quem tiver*.

(46) O avô precisa de *quem o ajude*.

(47) Ela compra roupa *onde calha*.

temos orações subordinadas que não são nem interrogativas subordinadas (indirectas) nem relativas com antecedente e que desempenham por si só uma função sintáctica na subordinante.<sup>9</sup>

#### 4.2. As orações relativas no subdomínio Semântica

Alargando agora a nossa análise ao subdomínio "Semântica frásica", vemos que nele surge a entrada "Valor das orações relativas", distinguindo-se de novo entre valor restritivo

<sup>9</sup> Para uma descrição das principais propriedades sintácticas destas orações ver Brito, A. M., 1991, cap. 5.

e valor de aposto. Embora não seja meu propósito comentar o subdomínio de Semântica, é de notar que, para o valor restritivo, surge a definição “restringe o Grupo Nominal que as antecede”, o que é manifestamente insuficiente numa rubrica de Semântica porque Grupo Nominal é uma categoria sintáctica; de novo, uma indicação como “limitando a extensão do conceito designado pelo nome” se justificaria.

Na entrada “valor explicativo das orações relativas” há referência a dois problemas comuns quando tratamos deste tópico: a existência de algumas restrições ao uso de orações relativas explicativas, e a possibilidade de ambiguidades. Em relação ao primeiro problema, refere-se um exemplo como (48):

(48) \* A alegria, que eu tive ao encontrá-lo, foi enorme

agramatical como explicativa, por conter a expressão fixa “ter (a) alegria”, que só pode surgir com uma relativa restritiva.<sup>10</sup> Em relação ao problema da ambiguidade, indica-se o caso de enunciados com valor genérico, como (49):

(49) O homem que é homem...

dizendo-se explicitamente que “pode existir ambiguidade entre uma interpretação restritiva e uma interpretação explicativa da oração relativa em causa, por nesses enunciados existir uma relação entre classes e não entre entidades individuais”. Penso que poderiam ter sido encontrados melhores exemplos para ilustrar a ambiguidade de interpretação, sendo exemplos como o de (39) e (40), com antecedente “os lobos”, usados no subdomínio da Sintaxe, bastante elucidativos do que pode ser a ambiguidade de interpretação: ora com interpretação explicativa, que na escrita marcamos com vírgula, ora com interpretação restritiva, na escrita não marcado por vírgula.

Dado o valor anafórico dos pronomes relativos e o valor coesivo das orações relativas, como aliás de todas as frases complexas, esperar-se-ia que houvesse uma referência a este fenómeno no subdomínio Pragmática e Linguística Textual. No entanto, não é isso que acontece e na entrada “coesão interfrásica” apenas se faz uso das noções de “conectores”, que podem ser conjunções, como em (50):

(50) Parto para férias, *quando* acabar o relatório

e de advérbios conectivos, como em (51):

(51) Estou disposta a abdicar do feriado. *Agora*, não me peçam que trabalhe 12 horas por dia.

Em síntese, apesar de algumas pequenas insuficiências nas definições, as noções de “pronomes relativos”, de “oração relativa” e dos dois tipos semânticos, explicativo e restritivo, são definidos nesta Terminologia do ponto de vista sintáctico, semântico e morfológico, mas foi subvalorizado um tratamento de ordem pragmática e textual.

## 5. Algumas reflexões sobre a utilização da Terminologia

Farei agora algumas breves reflexões acerca da utilização da Terminologia.

Estamos perante uma Terminologia Linguística que o Ministério da Educação, em colaboração com a Associação de Professores de Português, achou por bem apoiar, face à

<sup>10</sup> Sobre a impossibilidade de expressões fixas nas relativas não restritivas, ver, entre outros, Brito, A. M., 1991, p. 131.



desactualização evidente da Nomenclatura Gramatical Portuguesa, de 1967, em relação a muitas áreas da gramática.

Uma Terminologia como esta é, portanto, um factor de actualização em Linguística para os professores de línguas, em particular de Português, nos Ensinos Básico e Secundário. Mas não é demais reforçar a ideia de que a Terminologia, qualquer terminologia aliás, é um instrumento de trabalho para os professores, ao serviço de uma prática pedagógica. Uma Terminologia não substitui, portanto, nem manuais de ensino nem gramáticas, constituindo apenas um apoio do professor a uma prática de ensino de língua, com particular destaque para o ensino da língua materna, área em que a reflexão metalinguística deve ocupar um lugar importante no conjunto do trabalho pedagógico.

Por outro lado, ensinar gramática não é ensinar terminologia; e utilizar pedagogicamente uma terminologia não significa que toda a terminologia deva ser transmitida aos estudantes.

A terminologia a ensinar deve ser introduzida de maneira progressiva e moderada, devendo ser sempre adaptada ao nível de maturidade dos alunos.<sup>11</sup> A terminologia deve ser rigorosa, não fluida, obedecendo a uma relação unívoca entre palavra e objecto / conceito,<sup>12</sup> qualidades que, no caso da terminologia em discussão, estão perfeitamente asseguradas.

É hoje consensual que a aquisição de uma prática reflexiva sobre a língua materna constitui um importante objectivo do ensino. Tal aquisição não pode ser mais vista isoladamente, como o era quase sempre na chamada Gramática Tradicional, mas antes deve ser encarado como algo articulado ao ensino / aprendizagem da escrita e da leitura.

Assim, a reflexão gramatical sobre a língua só fará verdadeiramente sentido quando a escrita e a leitura estiverem suficientemente dominadas.<sup>13</sup>

A este propósito escreve M. Graça Castro Pinto: "Que interesse representará transmitir a uma criança uma determinada metalinguagem, se ela ainda não domina a funcionalidade dos termos que integram a linguagem que usa todos os dias?" Mais adiante afirma: "(...) Não quero obviamente deixar transparecer (...) que a terminologia metalinguística não é importante. Ela é tão importante que o seu ensino exige mesmo que seja muito bem dominada pelo professor, que, graças à sua experiência, deve ter a capacidade e o bom senso de só transmitir tais conhecimentos quando achar que chegou o bom momento. Ora, o problema reside frequentemente em saber localizar com rigor no tempo esse bom momento."<sup>14</sup>

Impõe-se, por outro lado, fazer uma reflexão sobre a concepção de gramática que importa ao professor de língua materna.

Já noutro texto<sup>15</sup> me pronunciei acerca da concepção de gramática que julgo ser pedagogicamente adequada; do meu ponto de vista, a gramática deve ser concebida como algo abrangente e modular, incluindo uma reflexão sobre as várias unidades de que são feitas as línguas, indo, conseqüentemente, do nível fónico ao nível da palavra, da palavra à frase e da frase ao texto.

<sup>11</sup> Tisset, C. e Léon, R., 1992, p. 142.

<sup>12</sup> Mateus, M. H. e Correia, M., 1998, p. 9.

<sup>13</sup> Tisset, C. e Léon, R., 1992, p. 137.

<sup>14</sup> Pinto, M. G. C., 1998, pp. 35-37.

<sup>15</sup> Brito, A. M., 1998, p. 54.

Do ponto de vista do ensino, tal concepção implica que deve haver uma interdependência dos níveis gramaticais; um possível modo de concretizar essa interdependência é articular a forma ao significado e ao uso.<sup>16</sup>

Para ilustrar algumas destas reflexões, tomemos de novo as orações relativas.

Este tema é, de facto, excelente para ilustrar várias noções sintácticas e semânticas básicas; uma delas é a de função sintáctica, noção central para se compreender o uso dos pronomes relativos, pois, como sabemos, estes pronomes desempenham uma função na oração a que pertencem, além de estabelecerem uma relação anafórica com a expressão antecedente, parte integrante da frase subordinante. Assim, *que* é o complemento directo e o sujeito da oração subordinada em exemplos como (52) e (53), respectivamente:

(52) O livro que li é interessante.

(53) O livro que caiu é meu.

A partir da noção de função sintáctica do pronome relativo pode aproveitar-se para uma reflexão sobre o uso indevido de certos pronomes, como é o caso de emprego de *onde* num exemplo real como (54):

(54) "(...) dois ninhos nos arredores de Aveiro, local onde, segundo os ecologistas, há cinco anos que não era utilizado pelas cegonhas para se reproduzirem."<sup>17</sup>

Em (54) *onde* é sujeito da oração relativa (*onde (...) era utilizado*) mas talvez por influência do antecedente (*local*) surge esta forma em vez de *que*.

Pode também aproveitar-se esta rubrica para explicar a função de modificador nominal, como aliás faz esta Terminologia, e aproximar as orações relativas dos adjectivos e de grupos preposicionais não seleccionados pelo nome, como nos exemplos (55):

(55)(a) Encontrei o livro de que me falaste.

(b) Encontrei o livro antigo.

(c) Encontrei o livro do meu amigo.

Importa igualmente reflectir a nível pedagógico sobre a distinção entre relativas restritivas e explicativas.

Tomemos a título ilustrativo alguns exemplos extraídos de composições de estudantes do 3º ciclo do Ensino Básico:<sup>18</sup>

(56) Pois eu sou Inb-el-Muftar o que derrubou o exército de Eden e o rei da cidade de Timber. (8º ano)

(57) E o capitão Soares, que tinha feito uma comissão na guiné, (...) respondeu automaticamente, curvando-se um pouco. (8º ano)

(58) Memorável foi o tempo, que juntos vagueamos entre as sombras dos sobreiros (8º ano)

(59) Era uma vez, uma família muito rica que, morava em Lisboa. (7º ano)

Pode verificar-se que, à excepção de (57), todos os exemplos apresentam erros de pontuação, que devem ser comentados e corrigidos.

Uma das operações que é possível realizar para fundamentar a distinção entre relativas explicativas e relativas restritivas é a possibilidade de pronominalização do antecedente, no caso de uma explicativa, e a impossibilidade de pronominalização, no caso de uma restritiva.

<sup>16</sup> Zayas, F., 2004, p. 18.

<sup>17</sup> In Peres, J. e Mória, T., 1995, p. 302.

Tomemos o exemplo (57); a partir dele é possível obter (60):

(60) E ele, que tinha feito uma comissão na guiné, (...) respondeu automaticamente, curvando-se um pouco.

Por sua vez, a partir de (59) não é possível obter (61):

(61) \* Era uma vez ela que morava em Lisboa.

Em (60), a substituição por pronome pessoal é possível dado que o antecedente é uma expressão referencial definida e a relativa é uma explicativa; em (61), pelo contrário, a substituição por pronome pessoal produz um resultado agramatical, dado que, numa restritiva, o antecedente não constitui por si só uma expressão referencial e só o conjunto formado pelo antecedente e a relativa constitui uma expressão dotada de referência.

Outro tipo de operacionalização, aliás sugerido em várias gramáticas e também nesta Terminologia, é a possibilidade de supressão das relativas explicativas e dos apostos em geral, face à impossibilidade de supressão das relativas restritivas; assim, tomando como ponto de partida os exemplos (56) e (57), seria possível obter (62) e (63):

(62) Pois eu sou Inb-el-Muftar.

(63) E o capitão Soares respondeu automaticamente, curvando-se um pouco.

Por sua vez, é impossível a supressão de uma restritiva, como o prova a agramaticalidade de um exemplo como (64):

(64) \* Memorável foi o tempo.

A supressão é possível no tipo de orações relativas que alguns autores designam “apresentativas”, como fica evidenciado pelo exemplo (65), que é gramatical, obtido a partir de (59):

(65) Era uma vez uma família muito rica.

Segundo Kleiber<sup>19</sup>, as orações relativas com antecedente constituído por uma expressão indefinida singular e específica, como é o caso em (59), não se enquadram facilmente na bipartição tradicional entre restritiva e explicativa. No entanto, a impossibilidade de pronominalização do antecedente, como já tínhamos visto em (61), mostra que este tipo de relativa se comporta formalmente como uma restritiva e é isso que deve ser enfatizado.

Estou portanto a sugerir que se deve realizar em situação de aula um conjunto de operações que se enquadram bem numa análise sobre a língua a que Duarte 1998 chama “o ensino da gramática como actividade de descoberta”, com apelo à observação, à comparação e à manipulação de dados linguísticos, conducentes a uma tentativa de generalização e comportando uma etapa de classificação das unidades. Neste tipo de análise, as ferramentas gramaticais, incluindo a Terminologia, devem ser usadas no sentido de o aluno trabalhar experimentalmente sobre a língua, num processo idêntico ao que realiza nas disciplinas de Ciências da Natureza.

Como disse acima, a dimensão textual pode e deve estar presente na reflexão gramatical em geral e na análise das orações relativas em particular.

Por um lado, é possível realizar exercícios de ligação a partir de frases soltas de modo a criar pequenos textos e a evidenciar o papel coesivo das orações relativas.

Por outro lado, os enunciados que contêm relativas apresentativas como (59):<sup>20</sup>

<sup>18</sup> Choupina, C. M., 2004, pp. 213-229.

<sup>19</sup> Kleiber, G., 1987, cap. II, especialmente pp. 69-75.

<sup>20</sup> Com a pontuação corrigida.

(59) Era uma vez uma família muito rica que morava em Lisboa  
são óptimos exemplos de “abertura de narrativa”, revelando a importância das orações  
relativas como factores de construção da referencialidade.

#### 6. Síntese

Na primeira parte deste texto fiz uma apreciação globalmente positiva da Terminologia  
em Sintaxe, mostrando alguma da sua fundamentação; em seguida, comentei dois aspectos  
que me parecem menos conseguidos, a noção de oração e o tema das conjunções  
coordenativas explicativas; analisei depois o modo como a Terminologia trata as orações  
relativas e finalmente sugeri alguns caminhos para a sua utilização, no quadro da aquisição  
de uma metalinguagem que possa servir de apoio à reflexão gramatical e ao ensino /  
aprendizagem da língua materna.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, A. M., 1991, *A Sintaxe das orações relativas em Português. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*, Porto, INIC, CLUP.
- BRITO, A. M., 1998, “Retomar e reinventar o ensino da gramática da língua materna”, in *A língua mãe e a paixão de aprender. 2º Encontro de Professores de Português. Homenagem a Eugénio de Andrade*, Porto, Areal Editores, pp. 53-64.
- BRITO, A. M., 2003, “Subordinação adverbial “ in Mateus, M. H. et al. 2003, pp. 695-728.
- BRITO, A. M. E LOPES, H. C., 2000, “Da Linguística ao ensino da gramática: para uma reflexão sobre coordenação e subordinação”, in Fonseca, F. I., Duarte, I. M. e Figueiredo, O., 2000, pp. 49-63.
- CHOUPIÑA, C. M., 2004, *Orações relativas. Aspectos descritivos e didácticos*, Dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino de Língua apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- DUARTE, I., 1998, “Algumas boas razões para ensinar gramática”, in *A língua mãe e a paixão de aprender. 2º Encontro de Professores de Português. Homenagem a Eugénio de Andrade*, Porto, Areal Editores, pp. 110-123.
- DUARTE, I. E BRITO, A. M., 1996, “Sintaxe” in Faria, I., Duarte, I., Pedro, E. e Gouveia, C. (orgs.) 1996, pp. 246-302.
- FARIA, I., DUARTE, I., PEDRO, E. E GOUVEIA, C. (orgs.), 1996, *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- FONSECA, F. I., DUARTE, I. M. E FIGUEIREDO, O., 2000, *A Linguística na formação do professor de Português*, Porto, CLUP.
- KLEIBER, G., 1987, *Relatives restrictives et relatives appositives: une opposition “introuvable”?*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- LOPES, H. C., 2004, *Aspectos Sintácticos, Semânticos e Pragmáticos das Construções Causais. Contributo para uma Reflexão sobre o Ensino da Gramática*, Diss. de Doutoramento em Linguística apresentada à Universidade do Porto, Porto.

- MATEUS, M. H. e CORREIA, M. (COORD.), 1998, "Prefácio", in *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*, Publicações Europa-América, Lisboa.
- MATEUS, M. H. et al. 2003 *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- MATOS, M. G., 2003, "Estruturas de coordenação" in Mateus, M. H. et al. 2003, pp. 229-259.
- MATOS, M. G., 2005, "Coordination vs subordination adverbiale – propositions causales en portugais", comunicação apresentada no Colóquio *Typologie et modélisation de la coordination et de la subordination*, LACITO-Paris III, UMR 7107, CNRS, Paris, 26-28 Maio 2005.
- PERES, J. e MÓIA, T., 1995, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- PINTO, M. G. C., 1998, *Saber viver a linguagem – Um desafio aos problemas de literacia*, Porto, Porto Editora.
- QUIRK, R. S. et al., 1985, *A Comprehensive Grammar of English Language*, Londres, Longman.
- SILVA DIAS, E., 1918, *Sintaxe Histórica Portuguesa*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 5ª ed., 1970.
- Terminologia Linguística para os Ensinos Básicos e Secundário*, Ministério da Educação, Lisboa.
- TISSET, C. e LÉON, R., 1992, *Enseigner le français à l'école*, Paris, Hachette.
- ZAYAS, F., 2004, "Hacia una gramática pedagógica", in *Textos*, nº 37, Barcelona, Graó, pp. 16-35.

